



Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranaíba; Adriane Leandro – SESA; Ageu da Silva de Mello – Povos e Comunidades Tradicionais; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar – CORESAN Curitiba; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Davi Pereira Brito – CORESAN Apucarana; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Edenir Zandoná – SEDEST; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira – CORESAN Irati; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar – CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Murilo Wenzel Luiz – SANEPAR; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Paulo Muchal Wenglarék – Povos e Comunidades Tradicionais; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU Binacional; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Rosângela Rigoni – CORESAN Ponta Grossa; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Salete Maria Venâncio de Lima – CORESAN União da Vitória; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Talita Slota Kutz – CORESAN Francisco Beltrão; Tatiani Macarini – SEMIPI; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Acir Ribeiro Queiroz – SUDIS; Adrielson Machado Batista – Prefeitura de Cândói; Emerson Souza – Sec. Goioxim; Gisele de Pádua – Secretaria de Agricultura de Pinhão; João Augusto Garcia – IDR-PR; Joarez Camargo – FAMOPAR; Jonas da Silva – SEMIPI; José Leporossi – COMSEA Cantagalo; Josiane Gavassim – COMSEA Prudentópolis; Josué Zeni – COMSEA Guarapuava; Lilian dos Santos – COMSEA Cantagalo; Loreni de Azevedo de Oliveira – SEAB; Lucinei Schvaigut – CORESAN Guarapuava; Mario Antonio – Cantagalo; Romario Varela – COMSEA Pinhão; Roselene Sonda – MPPR; Selma Garcia – Sec. Educação Goioxim; Simone Marques Teixeira – Sec. de Assistência Social; Timóteo Campos – SUDIS; Thomas Tokoch – COMSEA Prudentópolis; Vinicius Zanella – Prefeitura de Cândói.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura com aprovação de pauta e ata;
2. Eleição da mesa diretora do biênio 2024-2025;
3. Composição das câmaras temáticas;
4. Painel SISAN;
5. Alimentação escolar/FUNDEPAR
6. Visita técnica à casa de passagem indígena de Guarapuava;

7. Visita técnica ao Quilombo Paiol de Telha;
8. Relato de experiência em SAN: Seu Dionísio;
9. SISAN e o papel dos conselhos;
10. Programas da SEAB;
11. Plano Estadual de SAN – monitoramento IDR;
12. Visita técnica ao Banco de Alimentos de Guarapuava.

1 **Memória:** Dando início à reunião à plenária, o secretário executivo do CONSEA, Valdenir Veloso,
2 dá as boas-vindas aos presentes e agradece o acolhimento das conselheiras Dóris de Fátima Iastrenski
3 e Patrícia Chiconatto e também do chefe do núcleo regional da SEAB de Guarapuava, Arthur
4 Bittencourt, pelo esforço empregado para a realização da plenária. Passa à abertura e aprovação da
5 pauta, havendo solicitação do Ministério Público para a inclusão do Painel SISAN. Quanto à ata,
6 informando que houve solicitação de pequenas alterações, que foram realizadas e que a ata já está no
7 site do CONSEA. Antes de iniciar as falas do dia, o secretário fez uma breve apresentação dos
8 conselheiros que comporão o CONSEA na atual gestão, de modo que todos possam conhecer os
9 novos nomes. Após as apresentações, o secretário executivo inicia o processo de eleição da
10 presidência do CONSEA, pedindo que os interessados em assumir a Presidência se dirijam para o
11 palco. Valdenir Veloso se manifesta e deixa registrado em ata que Roseli Pittner foi eleita presidente
12 do conselho segundo o regimento anterior do CONSEA/PR, regimento este aprovado em 22 de
13 outubro de 2013, onde constava que o presidente teria mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido,
14 e assim sendo, não há limites de reconduções expressos no regimento. Reforça que foi eleita em 2 de
15 setembro de 2019 e houve publicação de novo regimento em 6 de setembro de 2019, que apresentou
16 nova regra quanto à recondução, que fica limitada a uma, e que em caso de nova eleição de Roseli
17 Pittner, será seu último mandato com a regra anterior. Feita a manifestação do secretário executivo,
18 passou-se à eleição, em que a chapa de Roseli Pittner e Marcelo Stelmach foi escolhida e foram
19 eleitos, presidenta e vice-presidente, respectivamente, por unanimidade de votos. A presidente Roseli
20 Pittner faz seu agradecimento e afirma que as decisões do CONSEA são sempre democráticas e tidas
21 em consenso, já o vice-presidente Marcelo Stelmach afirma que continuará o mesmo durante a gestão
22 e deixa claro que os outros conselheiros podem sempre contar com a sua pessoa. Roseli Pittner faz
23 um agradecimento aos conselheiros pelos trabalhos do ano de 2023, pela realização das 399 reuniões
24 municipais e pelos esforços das conferências estadual e nacional. Finalizados os agradecimentos,
25 inicia-se o processo de composição das câmaras temáticas, sendo elas Câmara Temática de
26 Institucionalidade, que é a responsável por verificar a legalidade de leis e documentos e que irá rever
27 o regimento atual do CONSEA; a Câmara Temática de Políticas Públicas, que irá acompanhar e
28 propor as políticas públicas e cobrar o seu cumprimento; e a Câmara Temática de Direitos Humanos,
29 que irá verificar o cumprimento do direito humano à alimentação saudável para as diversas
30 comunidades que compõem o Paraná e às pessoas mais vulneráveis. Entre os participantes de cada
31 câmara temática, um será nomeado coordenador, devendo, para isso ser conselheiro da sociedade
32 civil. Após as manifestações dos interessados, foram compostas as câmaras, de modo que a Câmara
33 Temática de Institucionalidade terá como coordenador Marcelo Stelmach e Ronaldo Juliano Pavlak
34 como suplente; a Câmara Temática de Direitos Humanos terá como coordenadora Kelly Franco de
35 Lima e Jaciara Reis Nogueira Garcia como suplente; a Câmara Temática de Políticas Públicas terá
36 Patricia Chiconatto como coordenadora e Cristielen Rizzon Massaroli como suplente. Seguindo a

37 pauta do dia, Roselene Sonda comenta acerca do termo de cooperação técnica existente entre o
38 Ministério Público do Paraná e o CONSEA para a elaboração e construção do Painel SISAN, que é
39 o monitoramento da adesão dos municípios. Roselene afirma que os dados presentes no painel são de
40 2020 e estão defasados, sendo necessária uma nova atualização em relação a quais municípios têm
41 plano de SAN. Explica que no último levantamento, foi solicitado ao conselho que os núcleos
42 regionais enviassem aos municípios um formulário que foi preenchido, o que leva à pergunta de como
43 será realizada a atualização, se será por meio de formulário ou de questionamentos das CORESAN's.
44 Outra questão é do repasse de informações de novas adesões ao MPPR, no sentido de ou avisar
45 imediatamente no momento da nova adesão ou se será estabelecido um cronograma de atualizações
46 a cada dois meses. Sonda explica que o MPPR está trabalhando numa atuação integrada de
47 enfrentamento à Insegurança Alimentar, em que são utilizados os dados do painel para falar ao
48 promotor se o município possui conselho e documentação pertinente. Afirma que os vinte e dois
49 municípios mais vulneráveis terão mais esforços para adiantar a documentação faltante para a adesão
50 ao SISAN, de modo a poder amenizar as desigualdades. Finalizada sua fala, o secretário executivo
51 Valdenir comenta que talvez os encontros bimestrais não sejam eficientes pela probabilidade alta de
52 não haver publicações novas todos os meses, tendo em vista que Brasília tem demorado a publicar.
53 Ainda, propõe que seja feita uma atualização completa, e quanto aos planos, o mais eficiente seria
54 passar um formulário para os núcleos regionais. Passada a palavra para a conselheira Rosângela
55 Oliveira, inicia-se um relato acerca da alimentação escolar. A conselheira elabora acerca da novidade
56 dos cardápios padronizados, com proteína animal todos os dias, bem como arroz e feijão. Afirma que
57 há uma boa quantidade de grãos e carne, mesmo com o calor e a umidade do início do ano que
58 dificultam a estocagem de grãos e que com a mudança do sistema de compras das cooperativas.
59 Entretanto, mesmo com a alimentação presente nas escolas, a FUNDEPAR identificou que nem
60 sempre as refeições eram preparadas, e dessa forma o secretário demandou que os cardápios fossem
61 uniformizados, de modo que todo o estado tem o mesmo padrão dos alimentos. Menciona que ouviu
62 recepções positivas vindas dos núcleos quanto ao cardápio, porque as merendeiras podem ser
63 resistentes à mudança. Rosângela afirma que a ideia de padronizar poderia ter uma recepção negativa
64 por parte dos nutricionistas em decorrência de um possível desrespeito à diversidade cultural, mas
65 que as diretrizes do cardápio têm o sentido de fornecer o mínimo, ficando em aberto a possibilidade
66 de preparos que condizem mais com os gostos de uma determinada comunidade. Para isso se
67 concretizar, houve realização de diversos estudos técnicos e haverá contratação de nutricionistas,
68 sendo necessário pelo menos um nutricionista por núcleo, de modo que cada nutricionista fique
69 responsável por cinquenta escolas. Enquanto isso não é uma realidade, a FUNDEPAR pediu às
70 escolas que fotografem o cardápio e o prato do dia, de modo a fiscalizar o cumprimento. A conselheira
71 explica que já possuem ata para a aquisição de alimentos destinado às pessoas com necessidades
72 alimentares especiais, como água de coco, biscoitos, macarrão integral ou sem glúten, e reforça que
73 há alguns recursos que são destinados a comprar alimentações prontas para casos ainda mais
74 particulares. Rosângela também comenta acerca da audiência pública para defender a compra da
75 alimentação orgânica, sendo que todo o arroz e feijão preto disponibilizado é orgânico. Quanto à
76 questão da carne, informa que também é disponibilizada carne enlatada às escolas que solicitaram,
77 explicando que em algumas escolas indígenas ou das ilhas do Paraná não existem as mesmas
78 condições de armazenamento. Aberto para perguntas e comentários, houve o comentário de que na
79 regional oeste foram recebidas diversas denúncias sobre cantinas que utilizam muitos produtos
80 ultraprocessados e doces, e também perguntou acerca das ações que podem ser feitas para mostrar a
81 regulamentação. Em resposta às perguntas, Rosângela afirma que a FUNDEPAR não se
82 responsabiliza pelos conteúdos vendidos em cantinas particulares, sendo que estas são regidas por

83 normas municipais e que este assunto pode ser debatido no CONSEA em reuniões futuras. A
84 presidente do CONSEA sugeriu que fosse enviado um documento explicando a situação das cantinas
85 das escolas ao CAE estadual. A conselheira da FUNDEPAR elabora acerca das merendeiras com
86 grandes números de refeições por dia, e que essa situação já está sendo contornada pela
87 disponibilidade de mais merendeiras terceirizadas. É convidado o senhor Dionísio para fazer uma fala
88 da sua experiência no campo de SAN, em que discorre sobre bens inalienáveis como o direito à água,
89 que é essencial para que exista segurança alimentar e nutricional. Também menciona como é
90 gratificante poder participar da reunião, visto que foi um dos auxiliares do plano de combate à
91 insegurança alimentar em 2002. Finda a fala de Seu Dionísio, a presidente Pittner explica que a
92 próxima pauta do dia será acerca do papel dos conselheiros, que é estipulado na Constituição de 1988,
93 art. 204 com a participação social através de suas organizações sociais. Dessa forma, foram criados
94 os conselhos para que essas organizações possam tomar decisões e questionar o governo. Quanto ao
95 papel do conselheiro, explica que se trata da possibilidade de exercer o papel de ligação entre os
96 anseios da população e seus gestores, permitindo uma cooperação, definição e o fortalecimento da
97 participação democrática, de tal forma, os conselhos, de modo geral, são elos entre a sociedade e o
98 governo. Ainda, pontua que uma proposta de conselho não pode beneficiar esta ou aquela organização
99 social, mas sim de um todo que busca os mesmos fins no escopo estadual. Outro papel dos
100 conselheiros é saber cobrar do poder legislativo que sejam promulgadas leis do interesse coletivo. No
101 regimento do CONSEA, ainda, fica explicitado que os deveres dos conselheiros são: propor e
102 acompanhar as ações do governo, articular governo municipal, estadual, nacional; promover
103 campanhas de conscientização da opinião pública e incentivar parcerias; interagir com a sociedade
104 para democratizar informações junto às instituições públicas e privadas, no que se refere aos dados
105 sobre programas e projetos; formular e controlar a execução das políticas públicas; acompanhar o
106 reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas, dever que
107 Roseli Pittner pontua ser muito amplo no âmbito do CONSEA, por ser intersetorial, com políticas
108 públicas ligadas às secretarias da agricultura, educação e saúde, por exemplo; organizar e participar
109 dos fóruns e ou conferências; deliberar, normatizar, controlar, articular sobre as políticas públicas e
110 emitir parecer quando necessário; participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, justificando
111 eventuais faltas e preenchendo os formulários de presença adequadamente; deliberar sobre questões
112 internas; participar de espaços de formação; participar e aprovar planos estaduais e municipais.
113 Quanto às atribuições dos conselheiros, conforme o regimento, são: orientar a implantação de
114 programas e projetos sociais voltados para as necessidades alimentares da população; apoiar e
115 incentivar programas direcionados aos produtores com destaque para os envolvidos na agricultura
116 familiar para ampliação de áreas plantadas, bem como zelar pela qualidade dos alimentos produzidos,
117 explicando a presidente que em mais de 90% dos municípios, a economia é baseada na agricultura
118 familiar e que a cada 10 alimentos presentes nas casas dos paranaenses, 7 são igualmente da
119 agricultura familiar; realizar, apoiar e incentivar a produção de estudos e pesquisas voltados para a
120 Segurança Alimentar e Nutricional; controle social das ações/projetos/programas de SAN; articular
121 o cadastro, seleção e engajamento de famílias de fora da rede sócio assistencial e/ou projetos de
122 proteção social; desenvolver ações voltadas para o acompanhamento e monitoramento de recursos
123 aplicados na área de Segurança Alimentar e Nutricional; participar da promoção de campanhas
124 voltadas para a prática de hábitos alimentares saudáveis junto à população; propor criação de grupos
125 de trabalho, bem como indicar nomes para sua integração; deliberar por escrito sobre propostas
126 apresentadas, indicando sempre o caráter da liberação que propõem, o que deve ser preferencialmente
127 feito de maneira escrita; exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo Conselho com
128 anuência do Presidente; discutir e votar assuntos debatidos no plenário, tanto em conselhos,

129 comissões, quanto em audiência pública. Roseli afirma que a plena participação dos conselheiros gera
130 o empoderamento do conselho, com maior confiança no momento de discutir e apresentar propostas.
131 Quanto aos pontos de melhoria do CONSEA, a presidente elenca que deve ser revista a fragmentação
132 e desarticulação entre conselheiros; pouca participação da sociedade civil; vagas da sociedade civil
133 ocupadas pelo poder público; e a municipalização do atendimento com demanda financeira
134 insuficiente, ou seja, municípios que não têm verbas para realizar ações de SAN. Quanto ao papel das
135 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional, informa que são as responsáveis por
136 elaborar o regimento interno próprio, que deve definir objetivos, composição e atividades em
137 consonância com o regimento interno do CONSEA/PR; elaborar atas das reuniões das comissões
138 regionais e encaminhar à secretaria executiva do CONSEA/PR; compilar diagnósticos de SAN da
139 região; coordenar as reuniões regionais a fim de estimular os municípios na criação e funcionamento
140 de conselhos municipais; coordenar a conferência regional de SAN; encaminhar à secretaria
141 executiva do CONSEA/PR a documentação dos conselheiros regionais eleitos em conferência, para
142 fins de homologação; estimular a criação de programas e projetos regionais para enfrentamento da
143 insegurança alimentar e nutricional; coordenar a conferência regional de SAN; estimular a criação de
144 programas e projetos regionais para enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Roseli
145 também reforça a participação dos membros do CONSEA, que estão presentes em todo o estado, para
146 realizar falas e debater as políticas de SAN. Passada a palavra ao secretário executivo, inicia-se a fala
147 sobre o SISAN e os Planos Municipais de SAN. Ilustra que as projeções das adesões indicam que
148 haverá trezentos municípios aderidos até o fim do ano, mas que a grande maioria não tem PLANSAN
149 vigente e elabora quanto às dificuldades de produzir um plano inteiro com apenas uma pessoa
150 trabalhando na tarefa. Assim, com as futuras notificações do Ministério Público cobrando a existência
151 do PLANSAN dos municípios, torna-se necessário que as CORESAN's tenham conhecimento do que
152 é minimamente preciso para sua formulação. Explica que quem deve elaborar o plano de segurança
153 alimentar é a câmara técnica composta por, no mínimo, quatro secretarias, sendo elas educação,
154 agricultura, saúde e assistência social, já inseridas na CAISAN, a partir das diretrizes emanadas pelo
155 conselho municipal. Após a elaboração, explica, a câmara deve fiscalizar o plano, devendo cada um
156 dos participantes oferecer um monitoramento do que é cumprido ou não. Afirma que também deve
157 haver o apoio técnico da administração pública ou fazenda municipal, visto que são os responsáveis
158 pelas rubricas nas pastas de cada secretaria. Ainda sobre os papéis dos elementos que compõem o
159 SISAN, explica que o CONSEA é consultivo e que a CAISAN é deliberativa e é um espaço de
160 articulação intersertorial. Valdenir pontua que ainda não há uma diretriz nacional de um plano de
161 SAN, tendo em vista que ainda não houve tempo hábil para fazê-lo, mas que o futuro plano será
162 realizado tendo como base as 250 propostas aprovadas na VI Conferência Nacional de Segurança
163 Alimentar e Nutricional que se tornarão diretrizes do plano nacional. Quanto aos elementos principais
164 que um plano precisa ter, Valdenir elenca cinco pontos, sendo eles: notas introdutórias, que consiste
165 na carta de apresentação, mensagem do coordenador da CAISAN municipal, mensagem do presidente
166 do CONSEA municipal; marco conceitual, com referencial teórico e metodologia do plano, com
167 menções a autoridades no assunto ou a outros planos de SAN como do estado do Paraná; marco
168 situacional, elaborado pelas secretarias, explicando qual a situação dos municípios atualmente,
169 enquanto o plano está sendo feito, fazendo constar quais programas de SAN já existem e qual a
170 condição de saúde dos municípios; o marco operacional, em que deve constar o que será feito no
171 município de políticas públicas para combater a insegurança alimentar, com metas, objetivos e linhas
172 de ação necessárias, programas que serão retirados, modificados ou implantados nos próximos 4 anos;
173 monitoramento do plano, com os parâmetros de fiscalização; e observações finais. Retoma sobre as
174 diretrizes que devem ser seguidas no Paraná: estruturação e fortalecimento da agricultura familiar;

175 medidas regulatórias em segurança alimentar; controle e prevenção de agravos à alimentação;
176 proteção ambiental e produção de alimentos; garantia de acesso regular e permanente aos alimentos;
177 educação alimentar e nutricional; questão hídrica e acesso à água; distribuição de alimentos;
178 equipamentos públicos de segurança alimentar; e o fortalecimento do SISAN no município. Há
179 diversas vantagens em realizar o plano, como o diagnóstico do município; possibilitar o fluxo de
180 informação; exploração das múltiplas possibilidades de utilizar os recursos humanos e financeiros;
181 agregar a força política. Com a fala, Flávia Anastácio de Paula elabora sobre a realidade de uma
182 pessoa com necessidades alimentares específicas, explicando que não se trata somente de alergias,
183 como na doença celíaca, caso em que não existe medicamentos que possam amenizar as reações do
184 contato com o glúten. De tal forma, Flávia afirma que não podem os profissionais que tratam de
185 alimentação desconhecer acerca da contaminação ambiental, direta e cruzada e que devem ser
186 realizadas não somente políticas públicas que possam fornecer alimentos para as pessoas com
187 necessidades alimentares especiais, mas que possa haver a socialização com as pessoas sem essas
188 demandas. Explica que os conselheiros devem conhecer essas necessidades de modo que existam
189 pessoas capazes de proporem projetos que os englobam e fazer constar em decretos, regimentos e
190 planos a existência dessas pessoas. Passada a palavra para Márcia Cristina Stolarski, inicia-se o relato
191 dos programas de SAN com algumas ponderações sobre a educação alimentar e nutricional, de que
192 nas últimas décadas as taxas de obesidade em crianças de 5 a 19 anos quadruplicaram, e que no Paraná
193 há 23% das crianças e 27% dos adolescentes acima do peso. Outro estudo faz a projeção de que em
194 2035 a taxa de sobrepeso em crianças e adolescentes chegará a 50%. Ainda, 36% da população adulta
195 do Paraná é obesa, e junto dos adultos com sobrepeso, somam-se 70% da população paranaense.
196 Elaboro que a população com sobrepeso é mais predisposta a possuir doenças crônicas não
197 transmissíveis, como problemas respiratórios, de articulação e câncer, o que dá o caráter de urgência
198 da necessidade de investir em alimentação de qualidade. Apenas 22% da população come a
199 quantidade sugerida de legumes e hortaliças, que é de 400 gramas diários. Diante desse panorama,
200 explica que o DESAN possui o PLC, Programa Leite das Crianças; Compra Direta; PAA; e
201 equipamentos de SAN. Os programas são coordenados por quatro secretarias, iniciando o processo
202 pelo CADúnico da SEDEF, SEAB com o credenciamento das cooperativas, pagamentos e controle
203 de qualidade dos alimentos, SESA com o monitoramento nutricional, e a SEED que faz parte da
204 entrega para as crianças. O PLC é o programa mais caro dos elencados, totalizando R\$
205 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões por ano), favorecendo aproximadamente 110.000 crianças,
206 sendo que 90% dos beneficiados estão com o peso adequado. O Compra Direta, por sua vez, foi criado
207 em 2020 como uma medida emergencial da pandemia e é o responsável pela compra do produto da
208 agricultura familiar que é distribuído nas redes socioassistenciais, como CRAS e CREAS. O
209 programa atende 360.000 pessoas com 179 cooperativas e associações em todo o estado, 20.000
210 agricultores, 6.500 toneladas de alimentos, sendo eles frutas, legumes, feijão, arroz, hortaliças, pão,
211 ovos, farinhas, suco em polpa e complementos como doces, açúcar mascavo e mel. Ainda sobre o
212 Compra Direta, explica que há algumas novidades, uma delas na classificação que levará em
213 consideração e priorizará os produtores de orgânicos, com critérios de desempate por PCT's,
214 mulheres e jovens que componham as associações/cooperativas, outra novidade versa sobre os
215 contratos mais longos, de 3 anos e a última novidade é de que haverá mais controle da qualidade dos
216 produtos e averiguar se o alimento é realmente orgânico. Reforça que foi assinado por todos os
217 prefeitos do Paraná o termo para o recebimento das verbas desse programa, que fará com que os
218 CRAS e CREAS tenham balanças e pessoal para distribuir os alimentos recebidos, bem como
219 comprometimento na adesão ao SISAN. Menciona as discussões na reunião realizada entre a SEAB,
220 associações/cooperativas e entidades beneficiadas do Compra Direta, explanando situações que já

221 ocorreram no decorrer do programa, visando criar uma maior compreensão das necessidades e
222 realidade de produtores e de quem recebe os alimentos para posteriormente distribuir, além de
223 repassar a necessidade de alimentar o sistema do Compra Direta com a avaliação do produto e da
224 entrega. Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos, Márcia Stolarski ilustra que se trata de uma
225 iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que
226 manda recursos à CONAB, e que publica portarias à SEAB. Neste ano, o investimento é de R\$
227 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) no estado do Paraná, R\$ 31.000.000,00 (trinta e um
228 milhões de reais) para 45 municípios, PAA indígena que irá atingir 25 municípios com o valor de R\$
229 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e 50 municípios terão PAA de R\$ 4.300.00,00
230 (quatro milhões e trezentos mil reais), e, para 16 municípios, sendo eles: Alvorada, Apucarana,
231 Arapongas, Centenário, Faxinal, Ortigueira, Cianorte, Colombo, Foz do Iguaçu, Guaíra, Palmital,
232 Pato Branco, Rio Bonito do Iguaçu e Umuarama, com R\$ 3.340.000,00 (três milhões, trezentos e
233 quarenta reais). Passa então a elaborar sobre os 257 equipamentos de SAN presentes no estado do
234 Paraná, citando o exemplo de Cascavel que possui grandes números de equipamentos que geram
235 renda à população. Dentre os equipamentos há as cozinhas comunitárias, cozinhas escola,
236 panificadoras comunitárias, restaurantes populares, hortas comunitárias e hortas urbanas, feiras,
237 bancos de alimentos, como outros. Explicam que o governo federal iniciou o processo de adequação
238 de maturidade de gestão, que impedirá os convênios de estados que recebem o dinheiro, mas que não
239 executam o programa adequadamente. Márcia Cristina também elabora sobre o plano de SAN que
240 será realizado neste ano e que terá vigência em 2024-2027 e o plano estadual de orgânicos,
241 terminando sua fala com comentários sobre a evasão do campo, que 85% da população vive nas
242 cidades e que vai faltar mão de obra rural, destacando a importância das hortas comunitárias e
243 urbanas. Passada a palavra para a conselheira Daniele Martin Sandri, inicia-se o relato do
244 monitoramento do plano pelo IDR-PR, que tem a meta de assessorar e promover o acesso de 80
245 organizações da agricultura familiar aos mercados institucionais, sendo a linha de base de 68
246 organizações atendidas e o indicador é o número de organizações assessoradas. Quanto às
247 organizações assistidas, havia 90 em 2020, 113 em 2021, 112 em 2022 e 123 em 2023, além disso,
248 há o número de atendimentos realizados por métodos individuais e coletivos, como visitas e eventos
249 como cursos e seminários, que, no decorrer dos anos e a partir de 2020, foram de 357, 425, 524 e
250 1623, sendo que o número de atendidos foi de 4.700, passando para 5.596. O estudo do IDR-PR
251 também aponta que o número de pessoas participantes das organizações da Agricultura Familiar que
252 são beneficiadas pelas ações de elaboração de propostas de negócios do PAA e do PNAE subiram de
253 100 em 2022 para 150 em 2023. Outra meta deste eixo é atender através da extensão rural 40.000
254 unidades da produção da agricultura familiar; proporcionar o banco do agricultor; bem como a
255 elaboração do crédito rural. Outro eixo, de medidas regulatórias em segurança alimentar, há as metas
256 de orientar 1.375 produtores na agroindústria familiar, curso de qualidade da água, feira de queijos,
257 curso de pasteurização e panificados do PNAE. Ainda, em outro eixo, de proteção ambiental e
258 produção de alimentos para a promoção da agroecologia, como divulgar, apoiar e promover ações de
259 ensino, pesquisa, extensão e expansão da produção de alimentos num sistema de base ecológica.
260 Nesse eixo foram realizados diversos programas online após 2020, sendo que 35.380 pessoas
261 assistiram às apresentações; em 2021 houve 91 eventos com o tema de agroecologia atendendo 3.915
262 pessoas, passando para 15.958 em 567 eventos em 2022, e 2023 com 894 eventos totalizando 22.754
263 pessoas. Daniele afirma que o IDR-PR tem previsão de ofertar 240 eventos macro no primeiro
264 trimestre, totalizando 1.000 eventos nos municípios e regiões no ano de 2024. Quanto à pesquisa, a
265 conselheira menciona que estão programados 112 eventos de transferência de tecnologia e estão
266 sendo feitos estudos sobre o leite orgânico de bovinos para o Paraná e produção de leite e carne de

267 bubalinos em sistema orgânico na região centro-sul do Paraná, e na parte vegetal com o cultivo de
268 olericultura, grãos e sistemas agroflorestais. Quanto à questão da educação alimentar e nutricional há
269 estimativa de ofertar a 3.500 pessoas as orientações de boas práticas de fabricação e manipulação de
270 alimentos, bem como o encaminhamento aos eventos de SAN. Quanto às pessoas atendidas nas ações
271 de educação alimentar, constata que os números foram de 1.695 em 2020 para 10.183 em 2023. Na
272 seara da educação ambiental que trata da água, apresenta a iniciativa de proteção das nascentes, que
273 somam 4.696 até o momento, 1.000 apenas no ano passado. O IDR-PR também está desenvolvendo
274 o sistema de plantio direto de hortaliças, em decorrência da perda do solo e da água, de modo que
275 houve um trabalho do Instituto, estudando iniciativas de Santa Catarina. O próximo eixo, de
276 distribuição de alimentos, inclusão produtiva e geração de renda, com o programa Nossa Gente, que
277 tem duas linhas de projeto: transferir renda complementar para 1.400 famílias que atendam critérios
278 de exigibilidade – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Federal) e Renda
279 Agricultor (Estadual); bem como implantar 5.000 projetos para produção de autoconsumo e venda
280 do excedente, em pequenas áreas. São incluídos nesse programa os agricultores familiares, indígenas,
281 quilombolas, pescadores e pessoas em vulnerabilidade social, que produzirão alimentos para
282 consumo próprio. O último projeto, explica Daniele, se trata do projeto de inclusão produtiva
283 solidária, feito com famílias de, no mínimo, 3 membros, que recebem um recurso de R\$ 4.000,00
284 (quatro mil reais) para fazer um projeto agropecuário ou não, como de costura. Para finalizar a
285 apresentação do plano, Daniele menciona que uma falha a ser consertada pelo Instituto é o controle
286 de todos os programas pela falta de funcionários do Instituto, e que se em cada município houvesse
287 uma equipa multidisciplinar, tanto para análises quanto para realizar trabalhos conjuntos, o cenário
288 seria diferente, com mais enfoque na população mais vulnerável, com produções mais sustentáveis e
289 de qualidade. A presidente Roseli Pittner parabeniza o trabalho realizado pelo IDR-PR e passa a
290 palavra às conselheiras de Guarapuava para um breve agradecimento pela presença dos demais
291 conselheiros que se deslocaram até o município e, posteriormente, explicando o itinerário das visitas
292 técnicas do dia. Finalizados os agradecimentos e relatos, a presidente encerra a reunião.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB